

Dezembro de 2025

Papel ou digital? Mais do que uma questão de formato, uma questão política

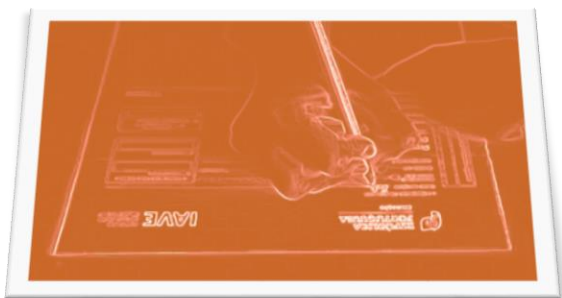
Gabriel Cipriano

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia | CIES - Iscte

Historicamente, a avaliação externa das aprendizagens sempre foi alvo de tensões e controvérsias e, mais recentemente, a migração para formatos digitais em diversos países do mundo introduziu novos desafios, intensificando ainda mais as complexidades da avaliação externa das aprendizagens. Uma boa parte destas novas tensões decorre das dificuldades inerentes à transição do papel para o digital, bem como da persistência de uma alternativa tradicional – a avaliação em papel – que muitos continuam a perceber como mais segura, fiável e equitativa. Este artigo procura contribuir para a reflexão sobre os desafios e as possibilidades que hoje em dia se colocam relativamente à realização de provas em papel ou em formato digital, ajudando a clarificar os argumentos que sustentam ambas as opções.

Até ao início do século XXI, a avaliação externa das aprendizagens em larga escala assentava, geralmente, na aplicação de provas em papel comuns a todos os alunos, construídas com base nos programas curriculares e com particular ênfase em tarefas escritas. Estas provas desempenhavam diferentes funções nos sistemas educativos, como a monitorização das escolas ou a seleção dos alunos (Kellaghan & Madaus, 2003). Em Portugal, tal como noutros países, estas provas são elaboradas por uma entidade externa às escolas – no caso português, o IAVE – e apresentam um formato universal, concebido para maximizar a acessibilidade a todos os alunos, bem como um processo de classificação padronizado para garantir a comparabilidade dos resultados.

Mesmo em papel, as provas de avaliação externa sempre tiveram várias polémicas devido às diferentes conceções da sua função nos sistemas educativos (e.g., Baker, 2001; Linn, 2001). Em Portugal, o propósito e uso deste tipo de provas em larga escala também tem sido alvo de várias contestações, e as mesmas têm sofrido alterações consoante os ciclos políticos, tendo-se assistido, por exemplo, à suspensão dos exames nacionais no rescaldo do 25 de Abril de 1974, mais tarde



reintroduzidos e sucessivamente reformulados no seu peso e número. Alguns leitores recordar-se-ão das extintas PGA, outros das extintas Provas Globais e, recentemente, assistimos à extinção das Provas de Aferição (que também não eram isentas de tensões (e.g., Cipriano & Martins, 2021; Machado et al., 2022)) e à criação das provas ModA. A evolução das provas de avaliação externa ao longo das últimas cinco décadas da democracia portuguesa deveu-se, em boa parte, às tensões que geravam no sistema educativo e às escolhas políticas e ideológicas daqueles que têm tido a responsabilidade de implementá-las (Fernandes, 2019).

Apesar das várias controvérsias relativamente aos propósitos, uso e formatos das provas de avaliação externa, durante o século XX, as provas em papel eram praticamente a única via viável para realizar avaliações externas de larga escala de forma padronizada. Nessa altura, reconhecia-se que métodos alternativos, como a prova oral, por exemplo, dificilmente permitiriam assegurar procedimentos uniformes e classificações comparáveis entre diferentes alunos e contextos (Gipps & Stobart, 2003). A ausência de alternativas viáveis aumentava o grau de aceitabilidade das provas em papel, tanto para classificar os alunos quanto para realizar leituras da realidade educativa. No entanto, a partir do momento em que surge o digital como uma alternativa viável ao papel, o consenso sobre o suporte das provas tornou-se muito mais difícil de alcançar.

Os defensores da utilização de testes digitais na avaliação externa das aprendizagens referem que esta nova abordagem traz impactos positivos ao funcionamento dos sistemas educativos e às práticas em sala de aula, destacando ainda benefícios como a poupança

de tempo, recursos e custos na administração e classificação dos testes. Para além disso, é possível testar outro tipo de aprendizagens, garantindo uma maior precisão nas classificações, com possibilidade de monitorizar a classificação feita pelos professores corretores, melhorando assim a validade e fiabilidade dessas avaliações. Mais ainda, aumenta-se a segurança dos testes, evitando o seu extravio ou perda, e amplia-se a possibilidade de criar testes adaptativos ao desempenho dos alunos em tempo real, incluindo novos tipos de questões que utilizem multimédia, simulações e outros recursos para avaliar objetivos de aprendizagem mais sofisticados (Oldfield et al., 2012).

Contudo, reconhece-se também a existência de várias barreiras associadas à transição do sistema tradicional em papel para o digital. Existem dúvidas sobre a capacidade da tecnologia para testar eficazmente determinadas disciplinas em formato digital, e sobre o impacto dessa limitação na fiabilidade e validade das avaliações. Colocam-se igualmente questões sobre a equidade e comparabilidade dos resultados, quando nem todos os alunos têm acesso aos *softwares* ou dispositivos necessários para praticar e realizar as provas. Verifica-se também uma falta de formação adequada dos professores para uma utilização pedagógica dos testes digitais nas escolas, e muitas escolas não têm sequer espaços físicos adequados ou equipamentos suficientes para esse efeito. Tudo isto levanta preocupações na opinião pública quanto à segurança, justiça e riscos associados a este tipo de avaliação, em particular quando os testes ou as provas digitais têm consequências significativas nos percursos escolares dos alunos (Cipriano & Martins, 2024; Oldfield et al., 2012).

A investigação e a literatura científica têm vindo a evidenciar tanto as vantagens como as limitações deste novo modelo de avaliação em formato digital, destacando ainda as dificuldades associadas à transição e implementação efetiva. Independentemente da opção que cada país possa tomar, a existência de duas alternativas, papel e digital, dificulta a construção de um consenso alargado sobre o formato a adotar, algo que não acontecia quando o papel era a única alternativa viável. Em última análise, a escolha entre avaliação em papel ou digital transcende meramente uma questão de formato: trata-se de uma decisão profundamente política, que reflete prioridades, valores e conceções sobre educação. Reconhecer que não existe uma solução neutra significa compreender que qualquer decisão sobre o futuro das avaliações externas exige escolhas conscientes que ponderem justiça, eficácia e objetivos pedagógicos. Assim, em Portugal, o debate sobre papel ou digital deve ser encarado como uma oportunidade para refletir criticamente sobre o que valorizamos enquanto sociedade na educação, e sobre como equilibrar inovação tecnológica, rigor académico e inclusão social em prol das aprendizagens.

Referências

- Baker, E. L. (2001) Testing and assessment: A progress report. *Educational Assessment*, 7(1), 1-12, https://doi.org/10.1207/S15326977EA0701_1
- Cipriano, G., & Martins, S. C. (2021). Beliefs on assessment and grade repetition among teachers in Portugal. *Meta: Avaliação*, 13(39), 248–273. <https://doi.org/10.22347/2175-2753v13i39.3033>
- Cipriano, G., & Martins, S. C. (2024). Introducing technologies into national large-scale testing: Are we ready? *Education Policy Analysis Archives*, 32(20). <https://doi.org/10.14507/epaa.32.8538>
- Fernandes, D. (2019). Avaliações externas e aprendizagens dos alunos: Uma reflexão crítica. *Linhas Críticas*. <https://doi.org/10.26512/lc.v25i0.24579>
- Gipps, C., & Stobart, G. (2003). *Alternative assessment*. In T. Kellaghan & D. Stufflebeam (Eds). *International handbook of educational evaluation* (pp. 549-575). Kluwer. https://doi.org/10.1007/978-94-010-0309-4_33
- Kellaghan, T., & Madaus, G. (2003). *External (public) examinations*. In T. Kellaghan & D. Stufflebeam (Eds), *International handbook of educational evaluation* (pp. 577-602). Kluwer. https://doi.org/10.1007/978-94-010-0309-4_34
- Linn, R. L. (2001). A century of standardized testing: Controversies and pendulum swings. *Educational Assessment*, 7(1), 29-38, https://doi.org/10.1207/S15326977EA0701_4
- Machado, E. A., Flores, M. A., Pereira, D., Fernandes, E., & Costa, L. (2022). Políticas e práticas de avaliação externa dos alunos na perspetiva dos diretores: O caso das provas de aferição. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 23, 1–26. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2022.10958>
- Oldfield, A., Broadfoot, P., Sutherland, R., & Timmins, S. (2012). Assessment in a digital age: A research review. Graduate School of Education, University of Bristol. <https://www.bristol.ac.uk/media-library/sites/education/documents/researchreview.pdf>